

Kohl faz promessas e cobranças ao Brasil

WILLIAM WAACK
Correspondente

BERLIM — O chefe de governo alemão, Helmut Kohl, leva dinheiro, um conselho e uma promessa na viagem que inicia hoje pelo Chile e Brasil. Em entrevista exclusiva ao Estado, Kohl oferece US\$ 150 milhões para projetos de conservação ambiental na Amazônia, sugere ao governo brasileiro que assinem um acordo para proteger investimentos alemães e garante que a unificação alemã e o desenvolvimento dos ex-países socialistas não ocorrem em prejuízo dos latino-americanos.

"Com minha visita ao Brasil quero sublinhar que a Alemanha continua sendo um parceiro com o qual se pode contar", declarou Kohl em sua entrevista, por escrito.

O chefe de governo alemão embarca hoje em Bonn para um giro de 12 dias que começa amanhã pelo Chile e o levará a partir de terça-feira por regiões brasileiras tão distantes como Blumenau e Manaus, além de Foz do Iguaçu, Florianópolis, Brasília, São Paulo e Rio. De acordo com um importante funcionário do governo alemão, o propósito genérico da viagem de Kohl — depois de Helmut Schmidt, em 1979, o segundo chefe de governo alemão a visitar o Brasil — é demonstrar que o tradicional engajamento econômico alemão na América do Sul não diminuirá com a unificação alemã e o fim do socialismo na Europa do Leste.

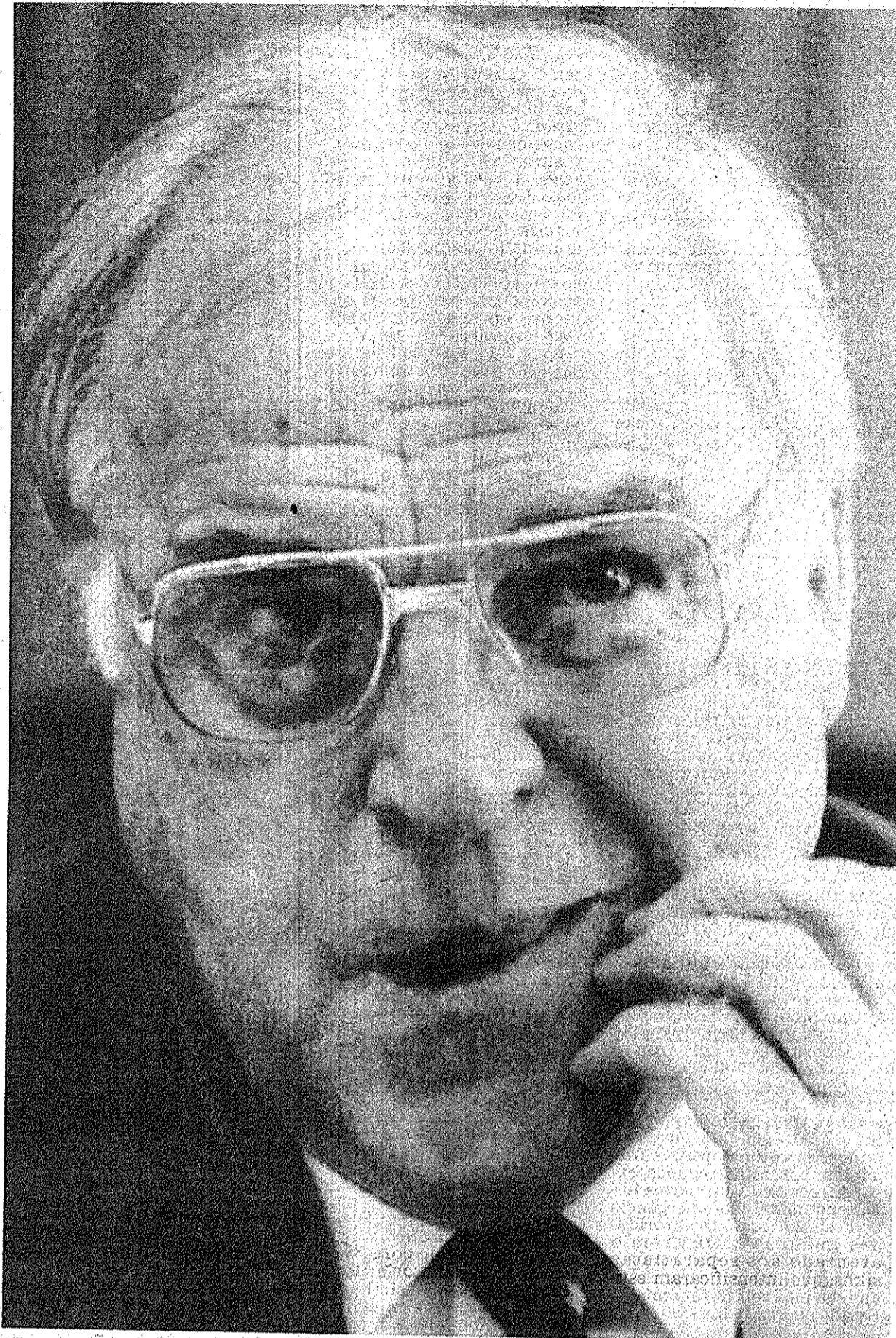
Embora comércio e a velha reivindicação alemã de um acordo para incentivo e proteção de investimentos privados no Brasil tenham destaque na agenda de Kohl, ecologia é um interesse específico e tema central da sua viagem, da qual ele dedica quase três dias só à Amazônia. O assunto tem considerável relevância eleitoral na Alemanha e, no último encontro de cúpula dos países industrializados (o G-7), em Londres, Kohl empenhou-se pessoalmente para valorizar a apreciação de um projeto-piloto brasileiro sobre a Amazônia que os ricos haviam encomendado a Collor na sua reunião do ano anterior, no Texas.

"Não acho que seja intromissão quando pecados ecológicos cometidos no hemisfério norte são criticados por outros", declarou Kohl ao ser indagado sobre correntes políticas brasileiras que denunciavam tentativas de "internacionalização" da Amazônia.

"A proteção de florestas tropicais não se trata de intromissão e sim de uma questão", prosseguiu, "que só pode ser resolvida através de uma cooperação global, e eu sei que o presidente Collor ve as coisas também dessa maneira".

Kohl evitou cuidadosamente qualquer crítica ao governo brasileiro, que tem recebido comentários dos mais pessimistas por parte da imprensa e de círculos empresariais alemães. Ao contrário: Kohl encontrou elogios para as promessas de reformas econômicas feitas por Collor e qualificou de "política inteligente e perspicaz" a inclusão de privatizações como parte importante do programa econômico brasileiro. "Privatizar estatais é um bom incentivo para a iniciativa privada e isso vale também para o Brasil", acentuou Kohl.

O chefe de governo alemão foi incisivo ao falar de cooperação nuclear, um tema que dominou as relações entre Brasil e Alemanha por quase uma década. Ele acha que todas as instalações nucleares brasileiras, e não só aquelas desenvolvidas através da cooperação com a Alemanha, deveriam ser submetidas a salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica, de Viena. Sobre um dos temas dominantes na Alemanha — o ódio e perseguição a estrangeiros movidos por neonazistas e radicais de direita, com simpatia de parte da população — Kohl foi breve: "Ataques de grupos extremistas pequenos não são representativos para a atmosfera na Alemanha", declarou.



Kohl vem ao Brasil: chanceler quer proteção para a Amazônia e para investimentos alemães

Estado — Embora se costume afirmar o contrário, alguns países latino-americanos, entre eles o Brasil, encontram-se numa situação de concorrência em relação aos Estados da Europa do Leste, naquilo que se refere a investimentos privados e ajuda oficial. Na sua opinião esta situação deve-se a uma constelação política passageira ou países como o Brasil fizeram muito pouco para se tornar atraentes em um mundo que se transforma rapidamente?

Helmut Kohl — No meu entender a questão não se coloca assim. Estou totalmente convencido de que as mudanças políticas e econômicas básicas na Europa central, do Leste e do Sul são uma oportunidade para todos os povos deste planeta. Não só a Europa, não só o hemisfério Norte viveu durante décadas à sombra do conflito Leste-Oeste; esse conflito tornou difícil a totalidade da comunidade internacional de-

centro, do leste e do sudeste da Europa novos mercados; disso também um país como o Brasil tira vantagens. Não foi só devido ao aumento da demanda na Alemanha Oriental que nossas importações cresceram em 17% nos sete primeiros meses deste ano. Com isso apoiamos substancialmente a conjuntura de nossos parceiros. Nossas importações do Brasil cresceram 8% nesse período.

No geral vale o seguinte: nosso apoio aos esforços reformistas na Europa central, do Leste e do Sudeste não ocorre em detrimento do hemisfério Sul. Com a minha visita ao Brasil quero justamente sublinhar o fato de que meu país também no futuro continuará sendo um parceiro com o qual o Brasil e outros países poderão contar para a solução de problemas econômicos, sociais e ecológicos.

acerto em comum acordo da dívida externa encontra na Alemanha muito reconhecimento e total apoio.

De resto, o Brasil sempre foi para os empresários alemães um lugar favorecido. Seu país não é apenas nosso parceiro comercial mais importante na América Latina. Empresários alemães não investem em nenhum outro país latino-americano mais do que no seu. Depois dos EUA, a Alemanha é o investidor mais importante em seu país. No futuro — disto estou convencido — as empresas alemãs vão investir ainda mais no Brasil, sobretudo quando o acordo de proteção e incentivo de investimentos estiver concluído e a liberalização da economia brasileira tiver avançado.

Estado — A economia alemã oriental vive um processo de privatização de dimensões jamais vistas. Um projeto semelhante seria talvez uma solução a longo prazo para os problemas econômicos brasileiros?

Kohl — Não acredito que os problemas da Alemanha Oriental possam ser comparados com os do Brasil. (O território da ex-RDA) completa-se agora com crescente velocidade de uma economia socialista de comando centralizado para a ordem livre da economia social de mercado. Nisto naturalmente representa um papel-chave a até aqui muito bem sucedida privatização de antigas empresas estatais.

Em termos gerais, acredito que a privatização de empresas estatais é um incentivo importante para a iniciativa privada e beneficia o crescimento econômico em todas as partes do mundo. Isto vale também para o Brasil. Por isso, considero uma política inteligente e perspicaz o fato de o presidente Collor ter incluído as privatizações como parte integrante de seu programa econômico. Uma privatização ampla não só melhorará a eficiência e a competitividade internacional da economia brasileira, mas também a consolidação das finanças públicas.

Pelo que sei as empresas que serão privatizadas no Brasil estarão abertas também para investidores estrangeiros — é assim que tratamos também essa questão na Alemanha. Acolho isso com satisfação e estou convencido de que os in-

vestidores alemães utilizarão com empenho essa oportunidade.

Estado — As relações governamentais entre Brasil e Alemanha já foram muito mais estreitas, por exemplo na fase da implementação do acordo nuclear teuto-brasileiro. As consequências dessa cooperação nuclear levaram seu governo a ser mais cauteloso em relação ao Brasil?

Kohl — Desde a conclusão do acordo teuto-brasileiro para a utilização pacífica da energia nuclear, em 1975, os contatos governamentais foram sempre muito estreitos e marcados pela confiança mútua. Também em tempos mais recentemente conversamos muitas vezes com nossos parceiros brasileiros sobre a cooperação nuclear; menciono aqui apenas a viagem ao Brasil do ministro da Pesquisa, Riesenhuber, em outubro de 1990. Além disso

em relação à União Soviética, também frente à ecologia o sr. se resente de uma reduzida disposição para cooperação e financiamento por parte de seus parceiros no G-7?

Kohl — Não. Aqui não se trata de alternativas mutuamente excludentes. Em todos os países industrializados aumentou nos últimos anos a consciência de que um meio ambiente sadio não se obtém de graça. Durante demasiado tempo, também entre nós não se deu às questões ecológicas a devida atenção. Bilhões são gastos hoje nos países industrializados para sanar os pecados ecológicos do passado. Já este exemplo mostra que economia e ecologia não são antônimos, e têm de formar uma unidade.

Por isso estou convencido de que todos os países industrializados do hemisfério Norte estão dispostos a dar sua contri-

— são criticados por outros.

A preservação das florestas tropicais — isto não afeta apenas o seu país, mas outros lugares também — é de significado extraordinário para o equilíbrio ecológico global e para o clima mundial. Hoje ninguém contesta isso a sério. Trata-se aqui de uma questão que tem de ser resolvida de maneira solidária. Não se trata de intromissão, e sim de cooperação global para a conservação da Criação, pelo bem-estar de gerações futuras.

De resto, para cada país deste planeta vale dizer que a exploração e a destruição cega e imediatista de recursos naturais vitais solapa o desenvolvimento econômico futuro. Isto ocorre em prejuízo de nossos filhos e netos. A proteção do meio ambiente e o trato cuidadoso com os recursos naturais, por um lado, e um desenvolvimento econômico sadio, por outro, são indissolúveis.

Eu sei — para minha grande satisfação — que o Presidente Collor vê isso da mesma maneira. A Alemanha está dis-

"Nosso padrão de vida atrai gente do mundo inteiro. Nós não podemos acolher a todos."

posta a contribuir com DM 250 milhões (cerca de 150 milhões de dólares) para um projeto-piloto conjunto de conservação das florestas tropicais na região do Amazonas. Não só com o fato de ter aceito o papel de anfitrião da conferência ecológica da ONU, Rio-92, o governo brasileiro documentou sua consciência da sua responsabilidade internacional no campo da proteção ambiental.

De resto, me parece óbvio que uma questão como essa seja discutida de forma controversa na opinião pública democrática de seu país. Estou seguro de que o governo brasileiro saberá convencer seus críticos de que a conservação das florestas tropicais da Amazônia serve não por último ao interesse do Brasil e sua gente.

Estado — A opinião pública brasileira acompanha com grande interesse a unificação alemã e suas consequências. Para o sr. foram uma surpresa as dificuldades que surgiram na superação dos problemas econômicos, na integração das duas populações e a ocorrência de manifestações contra estrangeiros nos novos Estados alemães?

Kohl — Para mim estava claro desde o começo que teríamos uma herança difícil. Mas concedo que a dimensão dos danos materiais e não materiais surpreenderam a mim como as pessoas no Ocidente da Alemanha. A herança da ditadura comunista no Leste da Alemanha é devastadora: uma economia sem condições de competir e decomposta, cidades e povoados ameaçados de decadência, estradas e ruas em estado catastrófico, o meio ambiente ameaçado ao extremo. Porém foi o regime injusto que deixou as maiores marcas nos corações das pessoas. Nos esforçamos bastante para levar adiante a construção dos novos Estados, e já fizemos bom progresso.

No que se refere ao tema da "perseguição a estrangeiros", em primeiro lugar gostaria de fazer a seguinte constatação: a Alemanha foi e será um país amigo de estrangeiros. Muitos cidadãos estrangeiros vivem há muito entre nós e contribuem para nosso padrão de vida com seu trabalho. Ataques de pequenos grupos extremistas contra pretendentes a asilo não são representativos do clima geral na Alemanha. Nós vamos proceder com todo rigor contra esses violentos.

Uma outra questão é o forte fluxo de candidatos a asilo, que causa preocupação a muitos compatriotas meus. Enfrentamos esse problema, diga-se de passagem, como outros países europeus também. O padrão de vida e a segurança social na parte ocidental do nosso continente atraem muita gente do mundo inteiro. Não podemos acolher todos. É claro, também, que todos os perseguidos por motivos raciais, políticos ou religiosos sempre encontrarão abrigo aqui. Este é um direito humano fundamental.

Nos alemães somos conscientes da responsabilidade que nos cabe como cidadãos de um país no centro da Europa. O crescimento conjunto de um continente até há pouco dividido abre para nós uma oportunidade histórica. Por isso atuamos com todo empenho pelo desenvolvimento livre e pacífico da Europa, pelo bem das gerações de hoje e de amanhã.

"Acredito que a privatização de empresas estatais é um incentivo importante para a iniciativa privada e beneficia o crescimento econômico em todas as partes do mundo. Isto vale também para o Brasil."

"Estamos cada vez mais conscientes da nossa responsabilidade comum pelo futuro do planeta. Por isso não considero 'ingerência' quando os pecados ecológicos cometidos por países ricos são criticados por outros."

dicar-se à solução das principais questões da humanidade com a necessária energia.

Agora novas energias foram libertadas. Por exemplo, precisamos atualmente grandes avanços no campo do desenvolvimento, coisa que há poucos anos ainda eram impensáveis. Recursos que até agora eram empregados para a manutenção do equilíbrio militar entre Ocidente e Leste estarão, no futuro — após uma fase de transição —, disponíveis para outros objetivos, sobretudo para uma política global de paz e desenvolvimento. É para isso que me empenho também no círculo de nossos parceiros e aliados da Comunidade Europeia e nos encontros econômicos de cúpula (G-7).

Em resumo: o fim do conflito Leste-Oeste significa a oportunidade de uma estabilidade política e econômica global e duradoura. O desenvolvimento econômico abre nos países do

Isto se torna ainda mais fácil com as definidoras reformas políticas e econômicas que o governo do presidente Collor de Mello iniciou. Dessa maneira melhoram enormemente em seu país as condições gerais para cooperação econômica oficial e especialmente para os investimentos estrangeiros.

Estado — O que o Brasil ainda teria de fazer para recuperar sua posição como lugar favorecido para investimentos?

Kohl — Acho que o governo brasileiro hoje faz muita coisa para tornar o país ainda mais atraente para os investimentos estrangeiros. Já mencionei os esforços de reformas balizadas do presidente Collor. O esforço de seu governo pelo fortalecimento da ordem federativa no Brasil, por uma política financeira e monetária voltada para a estabilidade, pela maior abertura dos mercados brasileiros e por um

tem havido inúmeros contatos de trabalho. Fomos criticados por causa da nossa cooperação nuclear com o seu país. Mas, por causa de nossa confiança no Brasil, nos mantivemos firmes e continuamos dispostos a permanecer assim no futuro.

Contudo, chegamos à conclusão de que todas as atividades nucleares nos países com os quais cooperamos nesse campo deveriam estar sob controle internacional, isto é, sob as salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica — quer dizer, não só os projetos de cooperação propriamente ditos. Por isso me alegro que o Brasil em conjunto com a Argentina esteja negociando com a AIEA um amplo acordo de salvaguardas.

Estado — Seu engajamento pessoal tornou a questão da proteção de florestas tropicais mais importante na agenda do último encontro do G-7, em Londres. Da mesma maneira que

buição para uma cooperação ambiental global. Dessa maneira, em Londres, os integrantes do G-7 se comprometeram por exemplo a co-financiar o projeto-piloto do Amazonas.

Há semanas se forma no Brasil uma coalizão de militares, políticos e até ecologistas que, em relação à proteção das florestas tropicais, denunciam uma "intervenção estrangeira" e "ingerência" em assuntos internos brasileiros. A sua disposição em se engajar em projetos ambientais no Brasil é afetada por isso?

Kohl — Não, de maneira alguma. Em primeiro lugar, estamos cada vez mais conscientes da nossa interdependência e da responsabilidade comum pelo futuro do nosso planeta. Por isso não considero "ingerência" quando os pecados ecológicos que foram ou são cometidos por países industrializados no hemisfério Norte — por exemplo a poluição dos mares